

**MARINHA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA**

***(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO  
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/  
CP-T/2012)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**DIREITO**

- 1) Assinale a opção que NÃO apresenta um dos motivos pelos quais o militar será excluído do Serviço Ativo da Marinha, conforme estabelecido no Estatuto dos Militares.
- (A) Ter sido julgado incapaz temporariamente, após 1 (um) ano contínuo de tratamento.
  - (B) Ultrapassar 2 (dois) anos contínuos em licença para tratamento de saúde de pessoa de sua família.
  - (C) For a praça abrangida pela cota compulsória, na forma regulada em decreto, para cada Força Singular.
  - (D) Ultrapassar 2 (dois) anos, contínuos ou não, em licença para tratar de interesse particular.
  - (E) For o oficial considerado não habilitado para o acesso em caráter definitivo, no momento em que vier a ser objeto de apreciação para ingresso em Quadro de Acesso ou Lista de Escolha.
- 2) No que tange às normas do Código Civil que regem a "ausência", assinale a opção correta.
- (A) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência e nomear-lhe-á curador.
  - (B) Decorrido 1 (um) ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, a qualquer tempo, se ele deixou representante ou procurador, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
  - (C) os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
  - (D) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito (180) cento e oitenta dias depois de proferida, dispensado o prazo se o juiz autorizar a publicação pela imprensa.
  - (E) A sucessão definitiva somente poderá ser requerida se provado que o ausente conta 80 (oitenta) anos de idade, e que de 5 (cinco) datam as últimas notícias dele.

- 3) Assinale a assertiva correta no que tange às normas do "processo cautelar" previstas no Código de Processo Civil.
- (A) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre independente.
  - (B) Só em casos excepcionais, determinará o juiz medidas cautelares com a audiência das partes.
  - (C) As medidas cautelares serão requeridas somente ao juiz da causa, em qualquer caso.
  - (D) O indeferimento da medida cautelar, como regra, obsta a que a parte intente a ação e influi no julgamento desta.
  - (E) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- 4) De acordo com o entendimento de Cláudio Amin Miguel e Ione de Souza Cruz na obra *Elementos de Direito Penal Militar: parte geral*, a teoria adotada pelo Código Penal Militar, no que se refere ao "estado de necessidade", foi a:
- (A) unitária.
  - (B) da equidade.
  - (C) diferenciadora.
  - (D) mista.
  - (E) da duplicidade.
- 5) José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra *Manual de Direito Administrativo*, define certa forma de extinção do ato administrativo como "*a forma extintiva que se aplica quando o beneficiário de determinado ato descumpre condições que permitem a manutenção do ato e de seus efeitos.*" A forma de desfazimento do ato administrativo à qual o autor se refere é a:
- (A) Invalidação (ou anulação).
  - (B) Cassação.
  - (C) Revogação.
  - (D) Caducidade.
  - (E) Extinção objetiva.

- 6) Em relação à Lei Complementar nº 97/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, assinale a opção correta.
- (A) Se o oficial-general indicado para o cargo de Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas estiver na reserva, será reintegrado ao serviço ativo quando empossado no cargo.
  - (B) O Ministro de Estado de Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.
  - (C) O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Ministro de Defesa, que determinará aos Comandantes de cada Força a ativação de órgãos operacionais.
  - (D) Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares, prover a segurança da navegação aquaviária, orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas e contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar terrestre.
  - (E) O Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas tem como chefe um oficial-general do último posto, da ativa, indicado pelo Comandante da Força e nomeado pelo Presidente da República, e disporá de um Comitê, integrado pelos chefes de Estados-Maiores das 3 Forças, sob a coordenação do Ministro da Defesa.

7) Acerca da "suspensão condicional do processo", prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é correto afirmar que:

- (A) de acordo com a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), a suspensão condicional do processo poderá ser aplicada no âmbito da Justiça Militar Estadual e da Justiça Militar da União.
- (B) de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, deverá absolver sumariamente o réu.
- (C) de acordo com a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), a prescrição correrá durante o prazo de suspensão condicional do processo.
- (D) de acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- (E) de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

8) Quanto às disposições gerais do Código Civil sobre "negócio jurídico", é correto afirmar que:

- (A) a validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, ainda que a lei expressamente a dispense.
- (B) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- (C) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (D) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé, sendo vedada a utilização dos usos do lugar de sua celebração.
- (E) têm-se por nulas as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

- 9) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal acerca da "fiança", é correto afirmar que:
- (A) será concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
  - (B) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
  - (C) o réu afiançado poderá, sem que ocorra o quebramento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante.
  - (D) depois de prestada a fiança, que somente será concedida após a prévia audiência do Ministério Público, este terá vista do processo a fim de requerer o que julgar conveniente.
  - (E) julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar nova infração penal culposa.
- 10) Em relação ao "Conselho de Disciplina", com base no Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, é correto afirmar que:
- (A) prescrevem em 5 (cinco) anos, computados da data em que foram praticados, os casos previstos no Decreto nº 71.500/1972.
  - (B) funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgue melhor indicado para a apuração do fato.
  - (C) a praça da ativa das Forças Armadas, ao ser submetida a Conselho de Disciplina, não é afastada do exercício de suas funções.
  - (D) é composto de quatro oficiais da Força Armada da praça a ser julgada.
  - (E) não pode ser aplicado às praças das Forças Armadas na situação de reformados ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade.

11) Sobre o tema "Processo Administrativo", de acordo com a Lei 9.784/1999, é correto afirmar que:

- (A) Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (B) é permitida à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, podendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- (C) são capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de 16 anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- (D) concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quarenta e cinco dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- (E) o interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

12) De acordo com as disposições da Constituição Federal acerca do tema "Direitos Políticos", analise as assertivas abaixo.

- I - O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- II - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- III - É condição de elegibilidade, na forma da lei, para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e Vereador, a idade mínima de vinte e um anos.
- IV - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente a assertiva II é verdadeira.
- (B) Somente as assertivas II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras.
- (E) Somente as assertivas I e III são verdadeiras.

- 13) Um militar, servindo em determinada Organização Militar, fez um requerimento administrativo objetivando sua movimentação para outra Organização Militar, por interesse próprio. Tal requerimento foi indeferido pela Administração Naval, com o fundamento de que a referida movimentação não se coaduna com o interesse do serviço. Assinale a opção que corresponde ao Princípio Administrativo predominante no presente caso.
- (A) Princípio da Segurança Jurídica.
  - (B) Princípio da Precaução.
  - (C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
  - (D) Princípio da Indisponibilidade.
  - (E) Princípio da Autotutela.
- 14) Assinale a assertiva correta considerando as disposições do Código Civil sobre o "Direito de Família".
- (A) O reconhecimento de filho somente pode ser revogado quando for feito em testamento.
  - (B) É anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
  - (C) São comunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.
  - (D) Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade ou maternidade.
  - (E) Dar-se-á curador ao nascituro, se o pai falecer estando grávida a mulher, ainda que essa tenha o poder familiar.
- 15) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar, sobre os seguintes assuntos, EXCETO:
- (A) Orçamento.
  - (B) Normas gerais de organização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
  - (C) Águas, energia, informática, telecomunicações e radio fusão.
  - (D) Serviço postal.
  - (E) Trânsito e transporte.

- 16) Com relação ao tema "Processo Legislativo", de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:
- (A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - (B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (C) é vedada a edição de medidas provisórias sobre direito penal, processual penal, direito civil e processual civil, bem como direito tributário.
  - (D) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de quarenta e cinco dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
  - (E) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
- 17) De acordo com as disposições da Constituição Federal acerca do tema "Direitos e Garantias Fundamentais", assinale a opção correta.
- (A) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de casamento, a certidão de nascimento e a certidão de óbito.
  - (B) São gratuitas as ações mandamentais e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
  - (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - (D) Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, vedadas as informações de interesse coletivo ou geral.
  - (E) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de *cujus*.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/12

- 18) Quanto às disposições do Código Civil, é correto afirmar que o negócio jurídico será considerado nulo quando celebrado mediante:
- (A) erro.
  - (B) dolo.
  - (C) coação.
  - (D) simulação.
  - (E) lesão.
- 19) No que tange às disposições do Código Civil sobre os "Contratos", assinale a opção correta.
- (A) É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
  - (B) As partes não podem, ainda que por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
  - (C) O adquirente pode demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
  - (D) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
  - (E) Nos contratos bilaterais, ambos os contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, podem exigir o implemento da do outro.

20) Ao Servidor Público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, de acordo com a Constituição Federal, aplicam-se as disposições a seguir.

- I - Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- II - Investido no mandato de Prefeito, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- III - Investido no mandato de Vereador não perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, mesmo havendo compatibilidade de horários.
- IV - Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas a afirmativa I é verdadeira.

21) Considere a seguinte situação hipotética.

Um homem, maior e capaz, com vontade livre e consciente de deflagrar projéteis, disparou a arma de fogo de seu irmão na via pública. Ato contínuo, tal homem foi preso em flagrante por policiais militares que passavam pelo local. No processo penal instaurado, ficou comprovado que as condutas dele ocorreram no mesmo contexto fático, uma vez que ele saiu da residência do seu irmão, portando a arma em sua cintura e, minutos após, efetuou o disparo. A arma estava guardada na referida residência, que fica localizada próximo ao local do disparo. Também ficou comprovado que a arma de fogo é de uso permitido, estava devidamente registrada e o irmão possuía autorização para portá-la. Por fim, restou provado, ainda, que o atirador não tinha autorização para o porte de arma de fogo.

Considerando o entendimento de Fernando Capez na obra *Curso de Direito penal: legislação especial. Vol. 4*, acerca do "Estatuto do Desarmamento", é correto afirmar que o atirador deve responder

- (A) somente pelo crime previsto no art. 12 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido) da Lei n° 10.826/2003.
- (B) somente pelo crime previsto no art. 14 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) da Lei n° 10.826/2003.
- (C) somente pelo crime previsto no art. 15 (disparo de arma de fogo) da Lei n° 10.826/2003.
- (D) pelos crimes previstos nos art. 12 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido) e art. 15 (disparo de arma de fogo) da Lei n° 10.826/2003 em concurso material.
- (E) pelos crimes previstos nos art. 14 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) e art. 15 (disparo de arma de fogo) da Lei n° 10.826/2003 em concurso formal.

22) De acordo com a Lei nº 4.375/84, que dispõe sobre o Serviço Militar, são dispensados de incorporação os brasileiros da classe convocada, EXCETO:

- (A) residentes há mais de 1(um) ano, referido à data de início da época de seleção, em Município não-tributado.
- (B) residentes há mais de 1(um) ano, referido à data de início da época de seleção, em Zona Rural de Município somente tributário de Órgão de Formação da Reserva.
- (C) residentes em Municípios tributários, excedentes às necessidades das Forças Armadas.
- (D) os que se encontrarem no exterior e o comprovarem ao regressarem ao Brasil.
- (E) os matriculados em Órgãos de Formação da Reserva.

23) Considere a seguinte situação hipotética.

Um Segundo-Tenente consumou o crime de deserção previsto no art. 187 do Código Penal Militar, ausentando-se, sem licença, por mais de oito dias, de determinada organização militar na qual estava servindo.

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca do "Processo de Deserção de Oficial", é correto afirmar que:

- (A) consumada a deserção, o Segundo-Tenente será imediatamente excluído do serviço ativo, fazendo-se publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente. Apresentando-se voluntariamente ou sendo capturado, deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.
- (B) recebido o termo de deserção do Segundo-Tenente e demais peças, o juiz auditor mandará autuá-los e dar vista do processo, por 5 (cinco) dias, ao procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou o que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
- (C) consumada a deserção, o Segundo-Tenente será agregado, fazendo-se publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente. Apresentando-se voluntariamente, ou sendo capturado, será revertido, não sendo realizada inspeção de saúde.
- (D) consumada a deserção, o Segundo-Tenente será imediatamente demitido do serviço ativo, fazendo-se publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente. Apresentando-se voluntariamente ou sendo capturado, deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.
- (E) a denúncia oferecida pelo procurador contra o Segundo-Tenente só será recebida pelo juiz auditor após a captura ou apresentação voluntária desse oficial, independentemente de inspeção de saúde, sendo a decisão de recebimento da denúncia comunicada à autoridade à qual o militar estiver subordinado, no prazo de 5 (cinco) dias, para as providências administrativas decorrentes.

24) Com relação ao "Regulamento Disciplinar para a Marinha", aprovado pelo Decreto nº 88.545/1983, analise as afirmativas abaixo.

- I - A revisão do julgamento poderá ocorrer até 90 (noventa) dias após a data da sua imposição.
- II - O cancelamento da punição concedido produzirá efeitos retroativos, para quaisquer fins de carreira.
- III - O recurso deve ser interposto após o cumprimento da pena e dentro do prazo de 8 (oito) dias úteis.
- IV - O militar sob prisão rigorosa fica inibido de ordenar serviços aos seus subalternos ou subordinados.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

25) Assinale a assertiva correta de acordo com as disposições do Código Civil acerca do "Direito das Obrigações".

- (A) É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou mediante instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654.
- (B) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (C) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor exigir o equivalente ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (D) Antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, somente se ficar caracterizada a ocorrência de força maior ou caso fortuito.
- (E) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente mais perdas e danos.

26) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca do "Processo Ordinário", é correto afirmar que:

- (A) para os atos probatórios em que é necessária a presença do Conselho de Justiça, bastará o comparecimento da sua maioria. Se ausente o Presidente, será substituído, na ocasião, pelo oficial imediato em antiguidade ou em posto.
- (B) o acusado ficará à disposição exclusiva da Justiça Militar, não podendo ser transferido ou removido para fora da sede da Auditoria, até sentença final, salvo motivo relevante que será apreciado pela autoridade militar.
- (C) o oficial processado, ou sujeito a inquérito policial militar, poderá ser transferido para a reserva, desde que estejam presentes os requisitos legais, salvo se atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.
- (D) o acusado solto será dispensado do exercício das funções ou do serviço militar, havendo ou não incompatibilidade com a infração cometida, permanecendo agregado durante o curso do processo, sendo revertido após trânsito em julgado da decisão final.
- (E) serão ouvidas, em primeiro lugar, as testemunhas indicadas pela defesa e as referidas por estas, além das que forem substituídas ou incluídas posteriormente pelo advogado do réu. Após estas, serão ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia.

27) Assinale a opção que NÃO apresenta um dos cargos privativos de brasileiro nato, de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Vice-Presidente da República.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Ministro de Estado de Defesa.
- (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

28) De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca da "competência", é correto afirmar que:

- (A) correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se preventivo aquele que despachou em primeiro lugar.
- (B) a competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela continência, mas não pela conexão.
- (C) a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz.
- (D) a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, dependendo do oferecimento de exceção.
- (E) declarada a incompetência absoluta, os atos ordinatórios e decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.

29) De acordo com a Medida Provisória nº 2.215-10/2001, analise as afirmativas abaixo.

- I - Ao servidor público federal, estadual ou municipal, caso convocado ou mobilizado, fica garantido o direito de optar pela remuneração que percebia antes da convocação ou mobilização.
- II - Os militares da ativa nomeados Ministros de Estado ou Ministros do Superior Tribunal Militar têm remuneração estabelecida em legislação própria, sendo vedado o direito de opção.
- III - O militar da reserva remunerada, e excepcionalmente o reformado, que tenha modificada sua situação na inatividade para aquela prevista para a prestação de tarefa por tempo certo, faz jus a um adicional igual a dois décimos dos proventos que estiver percebendo.
- IV - A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até 3,5% (três e meio por cento) ao mês e incidirá sobre as parcelas que compõem a pensão ou os proventos na inatividade.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/12

- 30) Considerando as disposições do Código Civil acerca do "Direito das Coisas", assinale a opção correta.
- (A) Não é de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
  - (B) A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
  - (C) A posse do imóvel faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.
  - (D) O possuidor de boa-fé não tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
  - (E) O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
- 31) Considerando as disposições previstas no Código de Processo Civil acerca "da sentença, da coisa julgada, da liquidação e do cumprimento de sentença", assinale a opção correta.
- (A) A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei apenas nos limites da lide e das questões prejudiciais analisadas.
  - (B) Far-se-á a liquidação por arbitramento, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
  - (C) A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo retido, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.
  - (D) Está afastada do duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, no caso de condenação inferior a sessenta salários mínimos.
  - (E) A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto de penhora, cabendo à parte, para presunção relativa de conhecimento, a respectiva averbação.
- 32) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca da "menagem", é correto afirmar que a
- (A) menagem será concedida ao reincidente, mas a ela não terá direito o insubmisso.
  - (B) menagem a militar não poderá ser concedida em navio e nem em acampamento.
  - (C) menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado.
  - (D) concessão da menagem pelo juiz independe de ser ouvido, previamente, o Ministério Público.
  - (E) menagem concedida em residência ou cidade será levada em conta no cumprimento da pena.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/12

- 33) Em relação ao direito sucessório, assinale a afirmativa correta.
- (A) São reais os efeitos da exclusão. Assim, os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse, antes da abertura da sucessão.
  - (B) São ineficazes as alienações feitas, a título oneroso, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé.
  - (C) O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua parte disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima.
  - (D) A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica impenhorabilidade, mas não in- comunicabilidade.
  - (E) A aceitação da herança, quando expressa, faz-se por declaração escrita; quando tácita, há de resultar tão somente de atos próprios da qualidade de herdeiro.
- 34) A norma prevista no art. 5º, inciso XLVII, alínea "b", da Constituição Federal, veda a existência de penas de caráter perpétuo no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o entendimento de Fernando Capez na obra *Curso de Direito Penal: parte geral. Vol 1*, a vedação constitucional tem relação com o princípio da
- (A) insignificância ou bagatela.
  - (B) alteridade ou transcendentalidade.
  - (C) confiança.
  - (D) adequação social.
  - (E) humanidade.

- 35) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca da "Competência em Geral" e com a Lei nº 8.457/1992 (Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Justiça Militar da União), é correto afirmar que um crime militar cometido fora do território nacional por um Contra-Almirante da ativa deve ser julgado:
- (A) pela Auditoria da última Circunscrição Judiciária Militar na qual o referido militar esteve antes de sair do território nacional.
  - (B) pela Auditoria da primeira Circunscrição Judiciária Militar na qual o referido militar esteve ao regressar ao território nacional.
  - (C) pela Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar.
  - (D) pelo Superior Tribunal Militar.
  - (E) por uma das Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar.
- 36) Sobre o tema "Controle de Constitucionalidade", marque a opção correta.
- (A) A Ação Direta de Inconstitucionalidade pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
  - (B) A Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
  - (C) Poderão os Tribunais ou Juízos declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria simples de seus membros.
  - (D) O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de um terço dos seus membros, após decisão sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
  - (E) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Superior Tribunal de Justiça, que julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada.

- 37) Considerando os dispositivos da Lei 10.259/01 (que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), assinale a opção correta.
- (A) Nas causas de que trata essa lei, assim como no Código de Processo Civil, haverá reexame necessário.
  - (B) Estão excluídos da competência desse juizado causas para anulação de ato administrativo federal, inclusive o de lançamento fiscal.
  - (C) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.
  - (D) O juiz somente poderá deferir medidas cautelares mediante requerimento das partes ou do Ministério Público.
  - (E) O cumprimento da sentença seguirá as normas de processo de execução autônoma contra a Fazenda Pública.
- 38) De acordo com as disposições do Código Penal Militar, em relação ao crime de dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar praticado na modalidade culposa, é correto afirmar que:
- (A) somente o comandante do navio pode ser sujeito ativo do referido crime.
  - (B) caso um oficial seja condenado pela prática do referido crime, ele poderá receber a pena de suspensão do exercício do posto de 1 (um) a 3 (três) anos.
  - (C) a pena de reforma não está entre as penas previstas para o referido crime caso o sujeito ativo seja um oficial.
  - (D) se do referido crime resulta lesão corporal ou morte, aplica-se apenas a pena cominada ao crime culposos contra a pessoa.
  - (E) caso um oficial seja condenado pela prática do referido crime, ele poderá receber a pena acessória de exclusão das forças armadas.

39) Considere as assertivas abaixo, acerca do "concurso de agentes" no Direito Penal Militar.

- I - De acordo com o Código Penal Militar, a pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- II - De acordo com o Código Penal Militar, a pena é atenuada em relação ao agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade especial.
- III - De acordo com o Código Penal Militar, a pena é atenuada com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.
- IV - De acordo com o Código Penal Militar, na prática de crime de autoria coletiva necessária, somente os oficiais podem ser considerados cabeças.
- V - De acordo com o Código Penal Militar, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio sempre são puníveis, ainda que o crime não chegue, pelo menos, a ser tentado.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas III, IV e V são verdadeiras
- (D) Apenas a assertivas I é verdadeira.
- (E) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

40) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal acerca da "prisão domiciliar", é INCORRETO afirmar que poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- (A) militar reformado.
- (B) maior de 80 (oitenta) anos.
- (C) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- (D) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- (E) gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

- 41) De acordo com o Estatuto dos Militares, os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço. Assinale a opção que apresenta um dever militar.
- (A) o civismo e o culto das tradições históricas.
  - (B) o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve.
  - (C) o culto aos Símbolos Nacionais.
  - (D) o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida.
  - (E) o aprimoramento técnico-profissional.
- 42) Considerando as prescrições acerca "dos atos processuais, das nulidades, e do processo de conhecimento ordinário" previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- (A) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios e dilatatórios.
  - (B) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
  - (C) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam, bem como os que dele sejam independentes.
  - (D) O juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, das matérias constantes do art. 267 do CPC.
  - (E) Antes do saneamento do processo, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- 43) Considerando as normas sobre o mandado de segurança, previstas na Lei nº 12.016/09, é correto afirmar que:
- (A) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de concessionárias de serviço público.
  - (B) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos.
  - (C) as vedações relacionadas com a concessão de liminares não se estendem à tutela antecipada.
  - (D) como exceção, a sentença concessiva estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.
  - (E) está vedado à autoridade coatora recorrer da sentença.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/12

- 44) Acerca do crime de "fraude no pagamento por meio de cheque," previsto no art. 171, inciso VI, do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) de acordo com o Código Penal, a pena é reduzida de 1/3 (um terço) se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
  - (B) de acordo com a posição sumulada do Supremo Tribunal Federal, o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, obsta ao prosseguimento da ação penal e consiste em causa da extinção da punibilidade do réu.
  - (C) de acordo com a posição sumulada do Supremo Tribunal Federal, o crime de emissão de cheque sem fundos fica configurado ainda que fique comprovado não ter havido fraude, devendo, neste caso, ser atenuada a pena do réu.
  - (D) de acordo com a posição sumulada do Supremo Tribunal Federal, o foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.
  - (E) de acordo com o Código Penal, é isento de pena quem comete o crime de fraude no pagamento por meio de cheque se o crime é cometido em prejuízo de irmão legítimo com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- 45) De acordo com as disposições do Código de Processo Civil acerca da "substituição das partes e dos procuradores", marque a opção correta.
- (A) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.
  - (B) O adquirente ou o cessionário poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária.
  - (C) O adquirente ou o cessionário não poderá intervir no processo assistindo o alienante ou o cedente.
  - (D) A sentença, proferida entre as partes originárias, estende os seus efeitos ao adquirente, mas não ao cessionário.
  - (E) Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO.

Concurso : CP-T/12

46) De acordo com as disposições do Código Penal acerca da "prescrição," é correto afirmar que:

- (A) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (B) nos crimes permanentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que foi praticado o primeiro ato de execução, havendo sua interrupção com o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo total da pena aplicada, não sendo levado em conta o tempo de pena que já foi cumprido.
- (D) a prescrição da pena de multa ocorrerá em um ano, quando a multa for a única pena cominada ou aplicada, e no prazo de dois anos, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- (E) o curso da prescrição não será interrompido pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorríveis, e nem pelo início ou continuação do cumprimento da pena, mas sim pela interposição de recurso da defesa.

- 47) De acordo com as disposições da Constituição Federal acerca do tema "Forças Armadas", assinale a opção correta.
- (A) As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a ela inerentes, são conferidas pelos Comandantes de cada Força e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva e reformados.
  - (B) O militar da ativa que tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, será transferido para a reserva.
  - (C) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
  - (D) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Ministro da Defesa.
  - (E) O oficial condenado na Justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a um ano, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso VI do § 3º do art. 142, da Constituição Federal.
- 48) De acordo com a posição de Sidney Bittencourt na obra *Pregão Passo a Passo: a nova modalidade de licitação para União, Estados, Municípios e Distrito Federal*, em relação à modalidade de licitação denominada PREGÃO, assinale a opção correta.
- (A) Só pode ser adotada para a aquisição de bens e/ou a contratação de serviços comuns.
  - (B) É permitida aos licitantes a garantia de proposta e a aquisição do edital como condição de participação no certame.
  - (C) O prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - (D) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 10 (dez) dias.
  - (E) É vedado, no âmbito do Ministério da Defesa, o desempenho por militares das funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/12

49) Em relação ao tema "Intervenção do Estado na Propriedade", de acordo com a posição de José dos Santos Carvalho Filho na obra *Manual de Direito Administrativo*, assinale a opção que corresponde ao direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.

- (A) Requisição.
- (B) Limitação administrativa.
- (C) Ocupação temporária.
- (D) Servidão administrativa.
- (E) Tombamento.

50) Considere a seguinte situação hipotética:

Um oficial, Capitão-de-Corveta da ativa da Marinha, ao chegar em sua residência após uma reunião de família, trava intensa discussão com sua esposa, que não é militar, causando-lhe lesões corporais leves, cometendo o crime previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal.

Considerando os fatos narrados, pode-se afirmar que:

- (A) de acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), o crime cometido pelo oficial deve ser julgado no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, sendo possível que lhe seja aplicada a medida protetiva de urgência de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (B) de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, o crime cometido pelo oficial deve ser julgado pela Justiça Militar da União, haja vista o sujeito ativo ser militar da ativa.
- (C) de acordo com a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), o crime cometido pelo oficial deve ser julgado pelo Juizado Especial Criminal, haja vista tratar-se de infração penal de menor potencial ofensivo.
- (D) de acordo com a Lei nº 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), o crime cometido pelo oficial deve ser julgado pelo Juizado Especial Criminal da Justiça Federal, haja vista tratar-se de infração penal de menor potencial ofensivo praticada em detrimento de interesse da União, uma vez que o sujeito ativo é militar das Forças Armadas.
- (E) de acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), o crime cometido pelo oficial deve ser julgado no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo permitida a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.